

Superávit soma R\$ 4,26 bi em agosto

A receita líquida do Tesouro Nacional acumula, de janeiro a agosto desse ano, R\$ 259,863 bilhões

DIMALICE NUNES
BRASÍLIA

O governo central – que inclui as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou superávit de R\$ 4,262 bilhões em agosto, ante R\$ 5,109 bilhões em julho. Nos oito meses do ano, o superávit do governo central chegou a R\$ 49,355 bilhões, ante R\$ 40,981 bilhões apurados no mesmo período do ano passado.

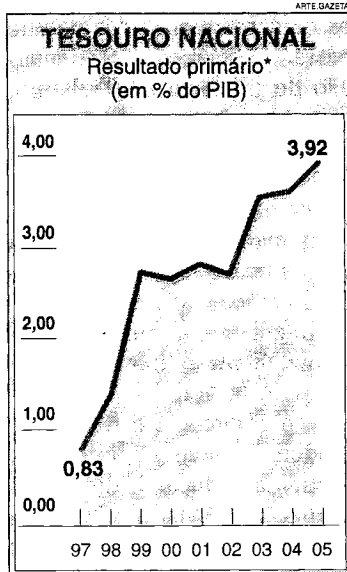
O Banco Central registrou déficit de R\$ 216,5 milhões em agosto, aumentando o saldo negativo apresentado em julho,

R\$ 13,8 milhões. Isoladamente, o Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 7,087 bilhões em agosto ante R\$ 8,209 bilhões em julho. O superávit acumulado entre janeiro e agosto deste ano corresponde a 3,92% do Produto Interno Bruto (PIB). Na mesma etapa do ano passado o superávit era de 3,61% do PIB.

O aumento do lucro das empresas e, conseqüentemente, o crescimento das contribuições de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), fez com que a receita líquida do Tesouro Nacional aumentasse para R\$ 259,863 bilhões no acumulado de janeiro a agosto desse ano ante R\$ 224,369 bilhões do mesmo período de 2004. As contribuições de IRPJ e CSLL cresceram, juntas, 28,9% no período. Esse foi um dos principais fatores para o



Joaquim Levy



Fontes: STN e Centro de Informação da Gazeta Mercantil * Acumulado janeiro-agosto

desempenho das contas do governo, divulgado ontem.

Segundo o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, o crescimento da receita do Tesouro se deve principalmente à lucratividade dos setores exportadores e de serviços regulados, além do preço do petróleo no mercado internacional, que contribui para o aumento nos pagamentos de royalties. De acordo com os dados do Tesouro, o IRPJ e a CSLL arrecadados até agosto superaram a receita do mesmo período do ano passado em R\$ 7,6 bilhões e R\$ 3,9 bilhões, respectivamente.

A receita de compensações financeiras, especialmente a participação especial de royalties pela exploração de petróleo e gás cresceram R\$ 2,3 bilhões, ou 30,1%. Em conjunto, os três tributos explicam quase 40% do aumento da arrecadação nominal do Tesouro. Com isso, as transferências para estados e

municípios apresentaram forte alta, 23,7%, ou R\$ 10,5 bilhões em termos nominais.

No mês passado, a Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,608 bilhões em agosto, ante o resultado negativo de R\$ 3,086 bilhão no mês anterior. No ano, o déficit acumulado pela Previdência soma R\$ 21,784 bilhões. Desde janeiro as despesas da Previdência Social crescem em um ritmo duas vezes maior que o Produto Interno Bruto (PIB) per capita nominal. Enquanto o PIB per capita deve crescer 8% neste ano, os gastos da Previdência tiveram aumento de 17,2%.

“Para um país de inflação baixa isso é bastante significativo”, comentou Levy. Em agosto, o déficit da Previdência cresceu 22,9% em relação ao mesmo mês do ano passado, apesar do crescimento da receita de contribuições de 15,4%, em linha com a geração de empregos formais nos últimos 12

A meta de economia para o pagamento de juros para todo o ano de 2005, de R\$ 46,5 bilhões, já foi cumprida no mês passado

meses. Enquanto a arrecadação, em termos nominais, teve aumento de R\$ 8,9 bilhões, as despesas se expandiram em R\$ 12,9 bilhões neste ano.

Frente a julho, porém, impulsionado pelo aumento de arrecadação e da contribuição previdenciária, o déficit em agosto foi menor em R\$ 478,5

milhões. A arrecadação líquida da Previdência somou R\$ 9 bilhões, um incremento de 5,6% frente a julho. De janeiro a agosto a arrecadação líquida cresceu 15,4%.

META CUMPRIDA E INALTERADA

A meta de economia para o pagamento de juros para todo o ano de 2005 foi cumprida já em agosto. Mesmo com os resultados já atingidos pelo governo central este ano Levy manteve a meta de R\$ 46,5 bilhões de resultado em 2005. A justificativa do secretário é o forte aumento das despesas e a diminuição da arrecadação esperada para o segundo semestre. Na opinião de Levy, essa equação fará com que o desempenho do governo central até o final do ano convirja para a meta.

Como proporção do PIB, a expectativa é de que o resultado seja de 2,38%, bem abaixo do alcançado até agosto. “No segundo semestre há aumento das despesas com pessoal, especialmente 13º salários. Estão previstas ainda despesas com tribunal especial e aumento salarial de algumas categorias. A dinâmica natural é que o resultado se aproxime da meta”, disse Levy.

No ano, as despesas com pessoal devem somar R\$ 93,4 bilhões, um crescimento de 11,6% em relação ao ano passado. Em termos reais, esse crescimento corresponderia a 6,2% sobre a meta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no ano, 5,1%, o que, segundo o Tesouro, está associado à política do governo de aumentos salariais para determinadas carreiras.